

## Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

### Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá 2023

Aos trinta dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá, localizado na Rua João Eugênio, nº 959 - Centro Histórico, tendo como Pauta: 1. Expedientes do Conselho; 2. Deliberação da Ata da 6ª Reunião Ordinária de 2023; 3. Prestação de contas – RDQA Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 2º Quadrimestre 2023; 4. RESOLUÇÃO SESA Nº 1.413/2023; 5. RESOLUÇÃO SESA Nº 1.432/2023; 6. RESOLUÇÃO SESA Nº 1.466/2023; 7. RESOLUÇÃO SESA Nº 389/2023 ANEXO I; 8. RESOLUÇÃO SESA Nº 1.472/2023 ANEXO III; 9. Fluxograma “Profilaxia Antimicrobiana”; 10. Portaria GM/MS Nº 1.569, de 09 de outubro de 2023: Homologa a adesão das Equipes de Saúde da Família – ESF; 11. Portaria GM/MS Nº 1.517, de 09 de outubro de 2023: Institui processo de seleção para participação em modalidades específicas do eixo da Saúde no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC): Construção de UBS Padrão III no Jardim Araçá - Evanil Rodrigues, valor requerido R\$ 2.783.622,48 (Dois milhões, setecentos e oitenta e três mil e seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos); Construção de UBS Padrão III na Vila do Povo - Luiz Carlos Gomes, valor requerido R\$ 2.783.622,48 (Dois milhões, setecentos e oitenta e três mil e seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos); Construção de UBS Padrão III em Nova Brasília - Flora Neves da Graça, valor requerido R\$ 2.783.622,48 (Dois milhões, setecentos e oitenta e três mil e seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos); Construção de UBS Padrão IV Serraria do Rocha - Domingos Lopes do Rosário, valor requerido R\$ 5.326.268,66 (cinco milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos); CAPS II - R\$ 2.039.000,00 - esse será construído em prédio único junto com o CAPS AD no terreno onde atualmente já é o CAPS, sito à Rua Sebastião Belmiro Marques - Parque São João; CAPS AD - R\$ 2.039.000,00 – IDEM; CAPS i - R\$ 2.039.000,00 - ao que se pretende, é construir esse equipamento ao lado da UBS do Leblon na Av. Cel. Santa Rita, por se tratar especificamente de crianças ficará apartado geograficamente dos outros. 12. Assuntos Gerais. Estavam presentes os Conselheiros: **Gestores:** Claudomiro Gomes Macedo e Alessandra Gonçalves Reinhold (Secretaria Municipal de Saúde) Claudio Carneiro Margarida (1ª Regional de Saúde). **Prestadores dos Serviços Públicos:** - Cristiane Bariatto Andrade Fontes Lobo (Hospital Regional do Litoral). **Trabalhadores em Saúde:** Nilson Hideki Nishida (Conselho Regional de Farmácia – CRF-PR), Sara Barcelos de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde – SINDSAÚDE), Cristiane Maciel Cavanha (CREFITO-8), Silvano Fernandes (Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá – SISMUP), Camila Valentim (Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª Região). **Usuários:** Waltencir de Oliveira (STIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Litoral), Roseli Valentim dos Santos Lima (União EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel), Jean Carlos Kuiavinski Freire, Maria do Rocio Pereira Rodrigues e Amando José Batista (Congregação Mariana Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Leonice da Costa Santos Costa (ACEDA – Associação de Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá), Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC – Sindicato dos Petroleiros PR/SC). **Ausentes com justificativa:** Eurimar Aparecida Ribeiro Baioni (Instituto Peito Aberto), Kellin dos Santos Bridarolli (Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª Região), José Dougiva da Silva Costa (ABEAP – Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas da Categoria dos Estivadores), Sonia Maria Resende Monteiro (Pastoral da Criança). **Convidados:** Lígia Regina de Campos Cordeiro (SEMSA), Ghislayne Correa (SEMSA), Gerson José Ribeiro (SEMSA), Amauri Ferreira (Usuário), Fernando Muniz (SESA), Wilson Moraes (SEMSA), Matsuko Mori Barbosa (CMDM), Grazielle Lobo Mussor (SEMSA/FASP), Kim Gisele Costa (SEMSA), Lesandro Marcos Floriano Filho

(FASP). **Nilson Nishida (CRF):** – “Boa tarde a todos! Vamos iniciar a reunião no dia de hoje, agradecendo a presença de todos e do pessoal da Prefeitura que vieram auxiliar com o som para a apresentação do relatório quadrimestral, que ficou pendente na reunião passada. Passo a palavra ao Secretário Macedo fazer a leitura da ordem do dia. **Claudio Miromacedo (SEMSA):** - Cumprimentou a todos, fez a leitura da ordem do dia e no item 11 acrescentou a seleção de uma Unidade odontológica móvel que está contemplada dentro dessa portaria. **Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - “Essa Unidade odontológica não consta na pauta.” **Claudio Miromacedo (SEMSA):** - “Não, ela foi solicitada agora, pois está na mesma portaria.” **Nilson Nishida (CRF):** – “Alguém tem mais alguma dúvida? Eu vou pedir uma inversão de pautas pra colocar após a prestação de contas o fluxograma e depois as demais pautas, pode ser? Quem aprova permanece como está, quem se abstém ou é contrário, por favor se manifeste. Aprovado. Item 2 Expedientes do Conselho: Temos as justificativas do José Dougiva da ABEAP, é por isso estou presidindo a reunião, Silvano Fernandes – SISMUP, Sonia Resende – Pastoral da Criança. Documentos Recebidos: Documentos Recebidos: Ofício nº. 2.816 Solicitação de pauta; Ofício nº. 1235 – 4ª PJ MPPR que vamos falar em assuntos gerais e o Processo nº 50.973/2023 – Referente ao Fluxograma que será apresentado. Em relação a ata da 6ª Reunião Ordinária de 2023, vocês receberam? Tem alguém que queira fazer uma modificação ou um questionamento sobre essa ata? Eu vou colocar em aprovação. Quem aprova permanece como está e quem se abstém ou é contrário, se manifeste, por favor. Aprovado. Vamos assistir o vídeo da Audiência Pública com a Prestação de contas – RDQA Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 2º Quadrimestre 2023, com ata já publicada em Diário Oficial de nº.: 2882 em 20 de outubro de 2023.” **Nilson Nishida (CRF):** – “Vamos colocar em discussão, essa pauta que não é deliberativa, vamos deliberar somente no Relatório Anual de Gestão, esse é para fazer o acompanhamento e tirar nossas dúvidas. Como agora com o sistema informatizado temos que informar todo o processo realizado na Secretaria Municipal de Saúde junto com o Conselho Municipal de Saúde, eu vou colocar em aprovação depois uma resolução informando que fizemos a apresentação no Conselho e que essa pauta foi discutida, é somente isso, não é aprovação do relatório quadrimestral, mas sim que foi apresentado e está de acordo com a legislação que a gente fez os quadrimestrais e depois o relatório anual de gestão, então coloco em discussão. Eu peço aos conselheiros que venham a frente e se identifiquem para facilitar na confecção da ata. Vamos fazer as perguntas e depois passamos para a Secretaria dar as respostas.” **Cristiane Cavanha (CREFITO):** - Cumprimentou a todos. “Primeiramente, gostaria de fazer a pergunta para a FASP. Eu gostaria de saber quantos funcionários tem na FASP? E com relação a essa capacitação dos enfermeiros, eles passam uma semana tendo essa capacitação, todos os enfermeiros em horários de expediente? Como é que ficou os locais trabalho? Com relação a UPA, qual é o horário de trabalho dos técnicos de enfermagem, dos enfermeiros, é 12 por 36? Com relação aos postos de saúde. Com relação aos médicos, e o salário deles baixaram ou eles receberam alguma gratificação? Alguns pediram a conta, outros estão trabalhando só dando receita, não estão atendendo, outros só vão bater o ponto na entrada e na saída. Também com relação as fraldas e suprimentos que têm atraso e a qualidade da fralda.” **Nilson Nishida (CRF):** – “Obrigado, Cris. Só um questionado em relação a UPA, eu e o Presidente fomos na UPA e em alguns postos e na UPA estava bem tranquilo, inclusive no Pronto Atendimento do Valadares não tinha ninguém, mas a gente teve informações no nosso grupo de WhatsApp e depois de alguns dias que o atendimento da UPA está demorado, sabemos que tem profissionais com dificuldade e que quando está esse profissional o atendimento não anda, porque não é sempre que recebemos reclamação, tem dias que são bons, que é tranquilo, mas tem dias que esse negócio se arrasta lá por quatro, cinco, sete horas de atendimento. Em uma reunião perguntamos sobre isso e nos foi passado que alguns profissionais tinham recebido suspensão, recebido advertência. Tem mais alguém, que queira fazer pergunta?” **Luiz**

**Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - “Primeiro quero elogiar a questão do transporte. Aí na explicação que foi dada pelo Gerson, você falou ali que pessoas transportadas para Curitiba, dois mil e pouco pacientes, enfim. E a outra coisa que eu queria falar era sobre a higienização das ambulâncias, porque quando eu voltei de Curitiba estava muito sol e tinha umas baratinhas, isso as cinco horas da tarde, imagine a noite, eu não sei qual é a periodicidade para a limpeza e a higienização, se tem algum lugar para a gente fazer a reclamação ou não? Outra coisa foi o curso que naquele dia lá me explicaram que todos os motoristas têm curso de primeiros socorros, se tem quero elogiar, se não tem, que é preciso correr atrás, né? É uma dificuldade que ouvi também, claro que é esporádica, mas quase todas as viaturas passam por Alexandra, porque os hospitais são diferentes, então todas elas têm que entrar em Alexandra e sair, aí quando aconteceu o acidente na BR quando a gente voltou pra você entrar de novo na BR quando você sai de Alexandra fica quarenta, cinquenta minutos lá, porque não tem apoio da Polícia Rodoviária não tem apoio e a gente demorou mais para sair de Alexandre, que vir de Curitiba para o Paranaguá. Não sei se há uma formulação disso, de uma ajuda e uma informação para a Polícia Rodoviária Federal, pra fazer uma paridade? Porque o horário de retorno delas é quase ao mesmo tempo. Então quando houver acidente, alguma coisa assim, se puder, o pessoal dar um acompanhamento de tudo isso, porque quem está na ambulância, quem está no ônibus também pode passar mal. E aí? Inclusive no dia um carro de Pontal com pacientes se acidentou, claro que a gente não quer isso para ninguém, mas pode acontecer conosco, tá bom?” **Camila Valentim (CRESS – PR):** - “Eu sou a Camila, estou representando o Conselho de Serviço Social do Litoral e também faço parte do Conselho da Mulher e sou Coordenadora (inaudível) do Litoral. Eu acho muito importante a gente questionar sobre a qualidade das fraldas e até da disposição das dietas, porque nós temos recebido denúncias sobre a má qualidade desse serviço, que as fraldas estão sendo entregues um mês sim outro mês não aí gera, inclusive esses dias eu recebi uma denúncia em que a pessoa foi buscar a dieta para um parente e essa dieta só foi entregue depois que ela disse que ia entrar com reforço do Ministério Público, porque no momento que ela chegou lá e disseram para ela que não tinha, então ela disse: “- vou sair daqui e vou no Ministério Público” e aí apareceu a dieta. É importante a gente falar sobre esses casos e ver o que realmente tá acontecendo. Sobre o protocolo Manchester, eu gostaria de saber se os profissionais que são de fato preparados para fazer essa classificação de risco conforme o protocolo, porque têm várias denúncias de pessoas com comorbidades preexistentes que chegam lá com a pressão altíssima ou a glicemia alta e ficam lá de quatro a sete horas e recebem a pulseira de pouca emergência, né? Então, se se tem feito alguma formação nesse sentido de trabalhar que pra que esses profissionais compreendam como utilizar, como fazer essa classificação de risco. E outra coisa que eu gostaria de pedir, é uma explanação maior sobre a epidemiologia que nós tivemos ali os casos de tuberculose, né? Três óbitos, é bastante coisa e também sobre os casos de hepatite, hanseníase e outras doenças que se encaixam nessa especialidade, nesse ponto de atendimento. Obrigada.” **Nilson Nishida (CRF):** – “Só quero explicar uma coisa porque tem conselheiros novos. Denúncias e outras questões, eu peço que passem por e-mail para o Conselho, inclusive peça para um familiar da pessoa ou a própria pessoa que nos encaminhe, pra gente poder identificar e encaminhar pra Secretaria, porque fica mais fácil pra que eles consigam ajudar o paciente. Temos elogios, inclusive de diversas pessoas a questão da fralda e da nutrição, tivemos uma mudança agora no setor da farmácia, inclusive eu mesmo discuti aqui essa questão relacionada, mas a gente já solucionou, então nessa questão de denúncia a gente solicita que vão até o Conselho ou encaminhe por e-mail, e nós como Conselho de Saúde protegemos a identificação das pessoas, então a gente encaminha um ofício pra Secretaria em nosso nome e não no nome dos pacientes. Precisamos dessas informações pra repassar para a Secretaria Lígia ou até fazer uma reunião com ela, como já fizemos várias vezes, ela prontamente nos atendeu pra gente vir melhorando o serviço. A

gente também faz atendimento na Ouvidoria e também recebe no nosso Conselho. Mais alguém que gostaria de perguntar?” **Lígia Cordeiro (Secretária Municipal de Saúde):** - Boa tarde a todos. “Com relação aos médicos quero dizer que não houve por parte da Atenção Primária, nenhuma evasão de médicos. Hoje nós temos uma carência de 4 (quatro) áreas apenas sem médicos, provavelmente essa carência será suprida até o final do ano por conta do programa de mais médicos com coparticipação que nós fizemos a adesão e não vieram todos os médicos nessa nesse primeiro ciclo, mas até o final do ano, provavelmente nós conseguimos, depois de muitos anos, criou mais etapas da Atenção Primária, com mais de 33 (trinta e três) equipes e mais agentes de endemias. Houve sim um problema com relação ao salário do Prefeito e porque o salário do Prefeito é o teto, e ninguém pode receber mais do que o teto do Prefeito, nós tivemos que fazer uma lei, uma legislação específica, uma verificação de todos os problemas com os médicos, conseguimos fazer o pagamento dos médicos, então não houve perda salarial para nenhum médico, porque a gente sabe quanto é difícil a adesão da Atenção Primária e se houvesse essa queda provavelmente nós estaríamos com uma carência muito maior de médicos na Atenção Primária. É com relação a médicos que vão lá, bate o ponto e sai e depois voltam a bater. Eu acho que essas questões elas têm que ser. Com relação a médicos que vão lá e batem o ponto e saem e depois voltam a bater, eu acho que essas questões elas têm que ser denunciadas, porque isso daí não é um ato, vamos dizer, ilegal apenas do médico que faz isso, e sim de toda a equipe que é conivente numa situação dessas. Então, a prevaricação, num caso desse, somos todos os profissionais, nós somos funcionários públicos, nós podemos responder tanto por ação quanto por omissão. Então, se houver uma situação dessa, ela tem que ser denunciada, esses médicos pra eles ganharem esse benefício, eles têm que cumprir aquilo que a lei preconiza, desde questão de atendimento, de visita domiciliar, entendeu? Tem vários itens que eles têm de cumprir e tem uma equipe que fiscaliza isso também, entendeu? Agora, se há um caso pontual, tem que ser denunciado. Só que essa denúncia ela vai acabar sobrando pra todos os funcionários da Unidade, porque isso não pode acontecer. Não é porque não sou eu que estou fazendo isso, mas eu estou vendo, eu estou sendo conivente, isso não pode. Com relação as fraldas façam as denúncias direitinho, a gente explica quais são os atrasos que têm de licitação, esses problemas que às vezes uma marca não é tão boa quanto a outra acontece. Daí a gente tem de iniciar uma nova licitação, que tem aquele tramite mesmo que infelizmente, em casos como medicamentos, a gente teria como fazer um processo emergencial de aquisição, porque medicamento a pessoa vai falecer em razão da falta, né? Tem medicamentos, inclusive em falta porque não tem fornecedor, às vezes não tem no mercado, então é complicado. Um dos problemas que nós temos também com relação a dieta, entendam que são mais de 20 (vinte) fórmulas, e o médico, ele não vai lembrar da fórmula, normalmente ele coloca uma marca na receita e passa pelo nosso nutricionista, o nosso nutricionista vai dizer, que não é essa marca que nós vamos fornecer, é essa outra fórmula porque é a mesma, só que em razão do médico ter colocado uma marca específica muitas vezes é difícil pro paciente ou seu acompanhante entender que a gente está fornecendo o mesmo produto. Alguém não é necessário, porque pode ganhar o não, né? Mas pode ser que seja, é uma. E existe também um protocolo e nem sempre as pessoas que querem são inseridas e estão dentro do protocolo. E essa questão de ameaça muitas vezes ao servidor público, por mim eu deixaria a pessoa ir pro Ministério Público, porque não tem nenhum problema de a pessoa ir no Ministério público, as vezes é muito melhor pra gente, nós explicamos a situação. às vezes o servidor fica intimidado por conta disso, e eu não vejo e muitas vezes o paciente age assim pra intimidar mesmo. “Eu vou lá, vou procurar os meus direitos.” Eu digo, procure, se for os seus direitos, você vai conseguir. Muitas vezes eles têm medicamentos em quase parte da regra da RENAME e da REMUME, eles vão receber uma denúncia e se vir uma ação judicial para nós é melhor, porque legitima aquisição de um medicamento que até então não poderia comprar porque não estava na



relação padronizada, então, isso faz parte da saúde.” **Grazielle Lobo (FASP):** - “Boa tarde a todos, me chamo Grazielle estou representando a FASP, sou servidora do município, mas estou cedida para a FASP, o meu cargo é de Diretora Hospitalar e trabalho na UPA. O questionamento foi com relação ao número do funcionário. Vocês precisam saber da FASP ou o total?” **Cristiane Cavanha (CREFITO):** - “O total.” **Grazielle Lobo (FASP):** - “Eu não tenho essa informação vou ter que perguntar. Foi perguntado sobre a carga horária dos técnicos e dos enfermeiros. Eles trabalham com carga horária, 12 por 36, a parte administrativa, temos funcionários de 8 horas e 6 horas. Se os enfermeiros faziam treinamento, né? A FASP faz treinamento 2 vezes na semana, por exemplo, as vezes faz plantão par, plantão ímpar, às vezes faz o treinamento no período da manhã e o período da tarde, então nunca fica desassistida a Unidade em nenhum dos setores e se precisar sair, às vezes sai um e fica três ou quatro enfermeiros no setor, então nunca fica desassistindo. Foi falado sobre os médicos que você falou, dos servidores. Isso foi repassado pra FASP, a gente sempre vê nas mídias, nas redes sociais. O nosso maior é picoo, é na segunda, terça e quarta. Com relação às outras é só solicitar a FASP.” **Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - “Tem alguma lei ou alguma coisa que possa colocar quem está trabalhando para o pessoal saber?” **Grazielle Lobo (FASP):** - “Nós temos um mural, ele está disponível na UPA, tem no site da Prefeitura disponível e tem no Painel que fica do lado da recepção para todos.” **Gerson José Ribeiro (SEMSA):** - “Boa tarde a todos, sou o Gerson, sou responsável pelo setor de transporte, então, nosso amigo fez algumas perguntas, vou estar respondendo, o senhor me falou que eu mencionei que os atendimentos mensais chegam a 2000, eu não me lembro agora direito a quantidade, tá? Então só para explicar o transporte hoje, tratamento de TFD, que leva os pacientes para Curitiba, para consultas, exames, internamentos, e depois nós pegamos as altas, todos os dias nós levamos 170 pacientes. A questão que o senhor colocou aí, da quantidade em relação, se é com acompanhantes ou não, é com acompanhantes, é lei, então, abaixo de dezoito e acima de 60 anos são obrigados a ir com a acompanhante, exigimos um acompanhante, tanto perante a lei, quanto pacientes que têm um pouco mais de idade eles acabam se perdendo, então tem algum tipo de dificuldade e tempo para os hospitais, então é levado o acompanhante. Paciente que tenha qualquer tipo de problema de saúde que tenha o laudo médico ou uma declaração também é liberado pelo setor de transporte, então com esses pacientes colocamos o acompanhante e se o companheiro não vai, acaba sobrando uma vaga. A questão da limpeza. Tem alguns veículos que acabam ficando em manutenção, quinze, vinte dias até a liberação, mas quando eles entregam é feito uma limpeza na garagem e entregue pra Secretaria, então a gente faz a viagem e uma vez na semana, todos os sábados nós temos a empresa que é a Autoclin que é responsável pela lavagem de todos os ônibus e ambulâncias, tanto interno quanto externo. Essa empresa nos presta serviço há mais de 2 (dois) anos, passou pelo processo de licitação, e ganhou novamente. As ambulâncias nós temos uma limpeza diferenciada, todo paciente que é transportado, temos a limpeza diariamente que é feita pelo próprio motorista, que higieniza com o álcool e o ônibus no final de toda a viagem é feita a limpeza também pelos nossos motoristas. A questão da barata, a gente nunca recebeu nenhum tipo de denúncia, vamos verificar, ter um pouco mais de atenção e até mesmo porque são consumidos alimentos dentro desses ônibus, a Secretaria fornece um kit lanche, onde por muitas vezes é única alimentação daquele paciente, então todos os pacientes que vão pra Curitiba fazer o tratamento ou consulta, ele tem esse tipo de lanche, então a gente precisa também estar vendo que de repente a limpeza não seja suficiente e acaba tendo barata, mas nós vamos observar melhor. Outra questão aí que o senhor perguntou a respeito dos cursos de primeiros socorros. Realmente alguns dos nossos motoristas têm o curso de primeiros socorros, então hoje nós temos motoristas que são fixos responsáveis por aquele ônibus específico, eles não são obrigados a ter, porque eles são motoristas, mas nós temos um ônibus que sai no mesmo horário, quatro e meia da manhã do transporte, cinco horas da UPA,

cinco e meia do João Paulo, seis e quarenta e cinco de Alexandre que são pacientes que fazem rádio e quimioterapia, e que pelo fato de estar fazendo esse procedimento, acaba ficando um pouco mais debilitado, então o motorista hoje, que responsável por essa rota, que é o Eliseu tem o curso de primeiros socorros e a maleta. Os outros motoristas alguns que tem outros não, porque não tem uma exigência disso. Os pacientes que estão internados na Central de Leito da UPA, que acabam recebendo transferência para Curitiba, são transportados através da nossa ambulância, mas com acompanhamento de médico ou enfermeiro. Teve uma outra questão a respeito da viatura passar por Alexandra. Não são todas que passam em Alexandra, nós temos um relatório que diz quais são os pacientes, o motorista faz uma chamada, cada um que vai chamando, vai entrando no ônibus dele. Se na relação tiver o ponto de embarque de Alexandra, ele vai entrar, se não tiver ele passa direto. A questão também levantada pelo senhor, referente a uma parceria com a polícia Rodoviária, a gente já tentou algumas vezes, mas infelizmente não tivemos sucesso.” **Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - “Eu quero dizer que fui bem atendido, não estou reclamando, só estou colocando, mas a equipe é espetacular.” **Gerson José Ribeiro (SEMSA):** - “Agradeço o seu elogio, me coloco à disposição pra cada vez estar melhorando o atendimento, obrigado.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Qualquer dúvida, basta nos encaminhar que estaremos providenciando a resposta ou se necessário colocando em pauta, lembrando que a gente tem reunião de pauta, que acontece 3 (três) dias antes dessa reunião, então na quarta-feira pela manhã, às 9 (nove) horas da manhã a gente tem a reunião das comissões, então se quiserem falar de algum assunto encaminhem por ofício, se quiserem falar pessoalmente ou discutir previamente o assunto pode estar na reunião.” Passamos para o doutor Wilson. **Wilson Moraes (SEMSA):** - “Boa tarde a todos, meu nome é Wilson Moraes, eu sou diretor de odontologia da Secretaria Municipal de Saúde. Eu trouxe essa pauta aqui referente ao fluxograma antimicrobiano pra pacientes não desenvolverem miocardite bacteriana, esse é um protocolo, já conhecido de outros profissionais, ele já passa essa conduta, mas é uma maneira de deixar isso claro no site da Prefeitura para que todos tenham acesso dessa conduta que é importante. A doença ela não tem avançado no mundo inteiro, mas esse cuidado ele é pertinente para todos nós. Eu agradeço.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Alguém quer fazer pergunta? Alguém tem alguma dúvida sobre isso?” **Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - “Como é o procedimento é coletivo ou a pessoa de mais idade com inflamação tem uma preferência de agendamento.” **Wilson Moraes (SEMSA):** - “Não. Com relação a miocardite bacteriana, ela é uma doença infecciosa que ela acomete o tecido do coração, então é sabido que algumas bactérias que existem na boca podem se instalar em válvulas cardíacas causando até o óbito do paciente. Essa é uma prevenção, então alguns pacientes específicos ou determinados procedimentos que vão ser feitos, por isso que estão elencados, algumas extrações, implantes dentários, raspagens extensas, os profissionais já fazem esse tipo de procedimento prévio, que são medicamentos antibióticos para prevenir que essas bactérias cheguem ao coração e causem esses danos. Então, esse é um protocolo que existe há muitos anos, que é um protocolo mundial, a Ascensão Americana de Cardiologia, que preconizou esse protocolo, então o objetivo da Secretaria de Saúde a partir do departamento, é que isso fique no site para que todos tenham acesso.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Alguém mais gostaria de perguntar? Então vou colocar em votação. Quem aprova permaneça como está, quem se abstém ou é contrário, se manifeste, por favor. Aprovado. Pessoal antes de passar para a próxima pauta, nós temos que aprovar as duas resoluções que eu falei no início, é a resolução número 20 (vinte) e a número 19 (dezenove), que foi apresentado no pleno o relatório quadrimestral do primeiro quadrimestre e do segundo quadrimestre. Então, como a gente fez a apresentação, não é uma resolução de aprovação e sim para tornar público, isso vai para o sistema do Ministério da Saúde pra gente comprovar que está tudo em ordem dentro dos prazos, ok? Então vou colocar em votação as duas, pois ambas têm o mesmo teor. Quem aprova permaneça como está,

300 quem se abstém ou é contrário se manifeste. Aprovado. Vou passar para a Secretária falar da  
301 próxima pauta.” **Lígia Cordeiro (Secretária Municipal de Saúde):** - “Eu vou falar sobre as  
302 resoluções aí sobre o PAC a Kim fala. Nós temos a resolução 1.413, as resoluções são  
303 referentes a recursos estaduais, recursos esses que a gente precisa da aprovação para  
304 conseguir a adesão e um recurso vai chegar para nós a Kim vai passar o que nós vamos tentar  
305 pleitear junto ao Governo Federal. A resolução 1.413 de 2023, dispõe sobre um repasse  
306 financeiro em parcela única para os municípios, visando a qualificação do acesso e  
307 atendimento especializado aos usuários do SUS do Paraná, cujo valor é de R\$ 1.911.557,49  
308 (Um milhão, novecentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove  
309 centavos). A Resolução 1.432 de 2023, reabilita os municípios a pleitearem a adesão aos  
310 programas estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde, qualificação de atendimento  
311 primário à saúde visando incentivos financeiro de investimento para o transporte sanitário na  
312 modalidade fundo a fundo, e que nós vamos conseguir 3 (três) ambulâncias no valor de  
313 R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) cada, provavelmente durante vai ter que colocar  
314 uma contrapartida. Uma van no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), um veículo  
315 básico no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) que nós vamos disponibilizar pra  
316 Vila Garcia e dois veículos utilitários no valor é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada, um pro  
317 Porto Seguro e o outro pra Gabriel de Lara. Resolução 1.466 de 2023, inserir o programa de  
318 qualificação da Atenção Primária à Saúde, uma linha de financiamento para atender ações e a  
319 serviços de saúde em prol do fortalecimento dos atributos da Atenção Primária à Saúde na  
320 modalidade fundo a fundo no valor de R\$ 106.531,80 (cento e seis mil, quinhentos e trinta e um  
321 reais e oitenta centavos). Resolução SESA 389 de 2023, dispõe sobre transferência de  
322 recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a  
323 consolidação e expansão da rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS do Paraná na  
324 modalidade fundo a fundo, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), sendo que R\$  
325 300.000,00 (trezentos mil reais) tem que ser específico para a Atenção Primária, e os outros  
326 podem ser divididos, pra UPA, João Paulo, Saúde da Mulher, CAPS esses outros  
327 equipamentos. Resolução 1.472 2023, dispõe sobre a manutenção do repasse financeiro de  
328 incentivo à organização da assistência farmacêutica IOE, destinada aos municípios do Estado  
329 do Paraná, para o exercício de 2023 na modalidade fundo a fundo, aqui se não me engano é  
330 um recurso de capital e outro de custeio, então R\$ 28.750,00 (vinte oito mil setecentos e  
331 cinquenta reais) de recursos de custeio e R\$ 17.250,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta  
332 reais) em recurso de capital, totalizando R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil). Portaria GM do  
333 Ministério da Saúde número 1.569 de 11 de outubro de 2023 homologa a adesão das equipes  
334 da saúde à família – eSF e equipes da Atenção Primária - eAP informatizadas, ao programa de  
335 Apoio a Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza  
336 APS. Então nós temos mais 3 equipes que vai alinhar cada uma delas R\$ 1.700,00 (mil e  
337 setecentos reais) por mês de cada uma para a questões de manutenção de equipamentos de  
338 informática. Todas as Unidades de Saúde, na verdade, nós estamos melhorando toda a  
339 questão de lógica, computador, agora os tablets. O ano que vem tem que estar 100% (cem por  
340 cento) informatizado. Pessoal, então já foi feita a descrição dos recursos estaduais, então um  
341 montante grande de valores, como sempre depois a gente passa aqui na reunião a Secretaria  
342 faz a prestação de contas das compras e entregas. Alguém tem algum questionamento? Eu  
343 vou colocar em aprovação. Quem aprova permaneça como está, quem se abstém ou é  
344 contrário se manifeste. Aprovados. Vou passar para a Kim falar sobre a próxima portaria.” **Kim**  
345 **Costa (SEMSA):** - Cumprimentou a todos. “Essa portaria do Ministério da saúde 1.517 de 9 de  
346 outubro é recente, foi lançado o novo PAC, um programa do Governo Federal que os  
347 Municípios, o Estado e o Distrito Federal, ele é convidado a cadastrar projetos previamente  
348 planejados, temos um levantamento da Atenção Primária que demanda aumentar as Unidades.  
349 Então a gente tem no nosso departamento vários projetos desenvolvidos aguardando recurso,

## Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

aguardando oportunidade e muitos ainda estão cumprindo metas do plano operativo que foi feito com o Ministério Público principalmente na questão dos CAPS. Pra fazer esse planejamento na hora de preencher os formulários precisamos de uma resolução aprovada no Conselho Municipal de Saúde de cada uma dessas Unidades, por isso colocamos em explanação aqui, porque é um bom dinheiro que vem, quase 70% (setenta por cento) à 80% (oitenta por cento) o valor de cada Unidade e a Prefeitura entra com uma contrapartida. Foi planejado colocar uma Unidade padrão três no Jardim araçá, que serão quatro pisos e o valor para a região sul de uma Unidade padrão três se for aprovada, é de R\$ 2.783.622,48 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), esse é o valor que o Governo disponibiliza através de um sistema SISMOB, e aí vamos cadastrando o projeto e é um projeto que a gente já tem. Outro é a Unidade da Vila do Povo que foi Centro Comunitário adaptado e temos tido muitos problemas estruturais, então a gente pretende colocar uma Unidade nova lá, porque aumentou também a demanda, então precisa expandir pra uma Unidade padrão três no mesmo valor de R\$ 2.783.622,48 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos). Uma nova Unidade para nova Brasília, já temos o projeto pronto para licitar, estamos aguardando a licença para se instalar na Ilha do Mel, porque na ilha está bloqueada as obras lá, mas a gente está tentando e se a gente conseguir esse dinheiro, vai ser bem-vindo. Na Serraria do Rocha que é uma Unidade que demanda uma ampliação por ser uma área grande, vamos pleitear uma Unidade PAC, que o investimento é de R\$ 5.326.268,66 (cinco milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), é uma Unidade quatro que é para cinco ou seis equipes de saúde da família. Todo esse planejamento que a gente faz, de estrutura física, ele está baseado no estudo da Atenção Primária. No sentido da Unidade Básica de Saúde, são essas as quatro que planejamos. Temos também para cadastro nessa fase os CAPS, todos os caps podem ser cadastrados. Nós temos especificamente o CAPS II, o CAPS AD com o projeto já desenvolvido já está pronto pra começar a licitar, será construído no Parque de São João, no mesmo lugar que hoje está instalado, visto que aquele prédio demanda ampliação. O projeto prevê um prédio de três andares, com uma instalação completa para atender o novo CAPS, então o CAPS II é R\$ R\$ 2.039.000,00 (dois milhões e trinta e nove mil reais) e o CAPS AD também R\$ 2.039.000,00 (dois milhões e trinta e nove mil reais), é óbvio que nesse o município vai ter que colocar uma contrapartida um pouco maior, porque é um prédio de 3.000 m², vai ter um pouquinho mais de investimento. A gente não poderia perder a oportunidade de cadastrar também um CAPS i, que vai atender crianças e adolescentes abaixo de 17 é anos. Então esses são os projetos de construção de obras novas, não tem nada de reforma e ampliação, são obras novas, então os prédios que estão lá serão substituídos. Tem um projeto que é a Unidade Odontológica móvel para poder atender realmente em comunidades em que a pessoa não consegue ir ao posto. Essa Unidade vai tanto fazer projetos de prevenção quanto fazer atendimentos de pessoas que não têm condição de ir no posto, nas escolas, asilos. Então são esses projetos que vamos pleitear, e um dos documentos que a gente precisa anexar é autorização do Conselho, por isso colocamos aqui em votação do Conselho para aprovar ou não. Alguém tem alguma dúvida?"

**Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - "Eu não sei, eu ouvi dizer que são uma quantidade de obras por Estado, por Município, por Secretarias, né? É então não adianta nós pedir cinquenta que o Governo vai dizer, são três, certo? E aí eu queria saber de você, porque eu sou leigo, eu não sei quantos mil habitantes ou famílias tem na Serraria do Rocha, entendeu?"

**Kim Costa (SEMSA):** - "O formulário que a gente preencheu foi colocado, a gente não vai apresentar só essa autorização do Conselho, é um formulário com várias informações, inclusive a quantidade de famílias e a quantidade de pessoas estão inseridos, a Ghislaine vai completar."

**Ghislaine Corrêa (SEMSA):** - Cumprimentou a todos. "Pra responder os questionamentos do formulário temos que se basear em fichas cadastradas, a gente puxa no



nosso sistema e no sistema já exportou pro Ministério da Saúde, então nós temos mais de doze mil pessoas cadastradas hoje na área de abrangência da Unidade de Saúde Serraria. A cada quatro mil pessoas, a gente teria uma equipe, então aí já temos uma previsão, por mais que a região esteja sendo industrializada, a área que a gente tem disponível para construção do Posto da Serraria é um posto muito grande hoje, uma estrutura antiga e com essa área temos a capacidade de fazer um posto para cinco ou seis áreas, ali colocar equipes de Saúde Bucal, outros tipos de equipes, pegar outros tipos de equipes, e aí como nós estamos fazendo hoje, desenhar o território de uma maneira, nem que a gente pegue um pouco mais na região da portuária, pegue um pouco mais na região aqui do Bockmann, porém a gente tem que aproveitar que temos ali que é diferente da Vila do Povo, um terreno que nos dá a capacidade para a construção de uma Unidade grande, então, ali a gente tem um terreno e a gente aproveitou que acho que tem as pessoas cadastradas, né? Temos essa preocupação política, estamos fazendo o desenho do território, então uma coisa empata com a outra, então nem que a gente traga área um pouquinho do Serraria mais pra cá e vai empurrando depois atende melhor lá a região da Vila Marinho, mas a gente consegue aí num posto que realmente a gente tem terreno pra fazer um posto referência, conseguimos fazer porque temos o número de pessoas cadastradas hoje, então vamos ver se sai.” **Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC):** - “Obrigado. Ela entendeu a minha dificuldade, a minha dificuldade não é autorizar, é se demorar três anos para conseguir a obra e aí não ter público para isso, entendeu? E como você colocou na Vila Marinho e em outros bairros onde o crescimento é muito maior nós temos uma Unidade menor, essa é minha reivindicação, claro que eu sou leigo, porque não tenho os dados todos na mão. Obrigado.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Alguém tem mais alguma pergunta?” **Sara Barcelos (SINDSAÚDE):** - Boa tarde, eu me chamo Sara, eu faço parte do SINDSAÚDE. Quanto ao número da população de Paranaguá ela comporta um CAPS AD e um CAPSi, porque é que eu trabalhei na 1ª Regional na área de saúde mental, e eu não sei se houve mudança na portaria. Até quando eu trabalhava ali o CAPSi, nós tínhamos um foco de atender os 7 municípios por não ter a população pro CAPSi em Paranaguá, e teve alguma mudança? Era isso que eu gostaria de saber. Obrigada.” **Kim Costa (SEMSA):** - “Olha, com relação à quantidade de pessoas, nesse momento eu não consigo te responder porque eu não me lembro, tá? Eu sei que a gente tem uma Ação Civil Pública movida no Ministério Público que determina que seja construído CAPS AD, CAPS II e CAPSi no município de Paranaguá. A Secretaria, e o pessoal da Saúde Mental tem feito os atendimentos na medida do possível, inclusive com a estrutura que a gente tem hoje. Foi apontado um plano operativo, né? Nós contratamos os projetos e esse cadastramento chegou num momento oportuno para a gente conseguir a verba, quem sabe a gente consegue construir antes do determinado, eu acredito que não sejam três anos, porque o orçamento do ano que vem eu acho isso aqui do PAC que a gente fez, né? Então é a grande demora para liberar recurso depois que é liberado pelo governo, são as aprovações dos projetos de alvarás, então o nosso está bem adiantado, graças a Deus a gente já tem consulta aprovada, a gente já tem aprovação do corpo de bombeiros, já está tudo pronto, então o dinheiro que saiu a gente coloca no sistema SISMOB e consegue concluir etapas e avançar, e aí é só licitar e construir.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Conselheiros, esse aqui é algo que vamos pleitear, então a gente deve acompanhar isso aqui é um pedido, provavelmente deve haver outras demandas para o Conselho, pra gente analisar, acompanhar o projeto, todas essas questões. Tem mais alguma dúvida?” Não havendo mais dúvidas foi colocado em aprovação o pleito da Portaria GM/MS Nº 1.517 e aprovada por unanimidade. Assuntos gerais. Nós recebemos agora do diretor-geral do Hospital Regional o convite pra participar de um evento, vou ler o convite: “O Secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, convida para a inauguração do Centro de Imagens do Hospital Regional do Litoral (HRL), em Paranaguá, além do lançamento do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) e da Maternidade Maria de Lourdes Elias Nunes, com investimento de quase R\$ 15 milhões do

450 Governo do Paraná na data de 1º de novembro (quarta-feira), horário 10 horas, local Hospital  
451 Regional do Litoral, rua Presidente Getúlio Vargas, 222, Palmital Paranaguá - PR.” Então, os  
452 conselheiros quem quiserem ir eu só peço que se identifiquem com o colete, quem não tiver o  
453 colete é só falar com o Macedo que tem disponível. Os crachás não foram possíveis fazer  
454 porque como mudava muito os conselheiros optamos pelo colete, inclusive tem conselheiros  
455 que não devolveram, então peço para quem não está mais devolver para que outros possam  
456 usar. Outra pauta que eu queria colocar em assuntos gerais é sobre um ofício que recebemos  
457 do Ministério Público, inclusive, não respondemos, até porque eu pedi pra passar nessa  
458 reunião, em relação à solicitação de acompanhar a elaboração, aprovação e remessa para a  
459 Secretaria Executiva do CESPR das diretrizes aprovadas na Conferência Municipal de Saúde  
460 ocorrida em 25 de março de 2023 no município de Paranaguá. Eu já passei em reunião  
461 anterior, então coloco novamente para vocês, mandamos o relatório final da nossa Conferência  
462 aqui pra gente discutir as propostas que foram lá elencadas e também comunicou a vocês que  
463 a gente já aprovou o relatório final da Conferência Estadual de Saúde, na última reunião  
464 ordinária do Conselho Estadual, que foi na última quinta-feira, por isso que a gente não tinha  
465 colocado em pauta ainda neste Conselho. Então peço aos conselheiros que verifiquem pra  
466 próxima reunião, se tem alguma demanda ou sugestão de como a gente pode votar essa  
467 proposta pra você encaminharmos à Secretaria municipal de sugestões de implantação e  
468 também verificar com a Secretaria, a possibilidade dessas propostas serem efetivamente  
469 colocadas na Secretaria Municipal de Saúde. O Conselho Nacional fez uma deliberação sobre  
470 as propostas nacionais, inclusive cobrando o Ministério da Saúde a implantação dessas  
471 propostas, também vamos encaminhar pra vocês, pra gente ter os três níveis, tanto o nosso  
472 aqui, inclusive pautas que talvez não sejam de responsabilidade da Secretaria Municipal de  
473 Saúde, por isso que a gente estava esperando o relatório geral do Estado, para a gente  
474 verificar dentro do relatório estadual, se já tem a propostas elencadas que o Governo Estadual  
475 de Saúde para implantação, que a gente já possa contemplar nessa questão, certo? Então a  
476 gente vai passar todos os documentos para vocês e na próxima reunião a gente coloca em  
477 pauta para discutir o que a gente vai dar de encaminhamento futuros, e quando é que a gente  
478 vai poder fazer essas questões de implantação. Então é isso que eu tinha pra passar para  
479 vocês terem conhecimento que a gente está respondendo o Ministério Público nessas  
480 questões. Alguém tem mais algum recado, algum convite para fazer?” Não? Não havendo mais  
481 nada a tratar agradecemos mais uma vez a presença de todos e contamos também com a  
482 presença para a próxima reunião. Obrigado a todos.” Eu Valeska Nascimento Ragazzom  
483 Tizzoni, redigi e digitei a ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.